

Imigrantes Peruanos e Equatorianos no Rio de Janeiro (Discriminação, preconceito e exclusão)

Maria Teresa T. B. Lemos, UERJ, Brasil

O fenômeno imigratório sulamericano para o Brasil, nas últimas décadas, tornou-se um dos temas prioritários nas agendas políticas do país, conquistando espaços na academia e na sociedade pela sua relevância, sobretudo pelas alterações decorrentes da globalização e do transnacionalismo.

Novas abordagens e conceitos estão sendo elaborados para complementar as interpretações adotadas. É preciso atentar para as novas tendências da mobilidade do mundo globalizado, que pode intensificar e alterar fluxos migratórios, suas causas, consequências, agentes envolvidos e temporalidades, entre outros aspectos (Becker. 1997).

Segundo Becker, cada nova ordem política mundial é associada a uma nova ordem econômica com o surgimento de novos fluxos demográficos. Nesse sentido, sugere-se que os contornos desse novo paradigma possam estar ligados à superação do enfoque majoritariamente econômico das migrações até a década de 70, e à associação a outras dimensões de análise que estariam ganhando destaque no cenário das migrações internacionais, como a dimensão política e a dimensão sócia (1997).

Dessa maneira, a análise do processo migratório focada na perspectiva econômica ressurgiu revigorada considerando as inúmeras transformações em curso no “mundo do trabalho, com a discussão cada vez mais frequente de conceitos como informalidade, flexibilidade, terceirização, entre outros” (Idem)

Segundo Ianni(1997), Bauman(1999) e Castels (1995), o fenômeno migratório, na década de 80, acelerou mudanças significativas nas sociedades, como o fortalecimento da integração entre os

países (Acordos Bilaterais do Brasil com países da América do Sul), além de fazer emergir no mundo uma “lógica transnacional, onde os processos e as trocas de mercadorias, informações e pessoas ultrapassam as fronteiras dos Estados Nação”(Pedone. 2002).

Além dessas transformações, de acordo com Santos (2000) “a globalização econômica cria um novo regime de produção de espaço e de tempo, onde os fluxos se organizam a partir do meio técnico-científico-informacional” e as diferenças entre países ricos e pobres se acentuam nesse contexto, possibilitando um contingente de mão-de-obra com tendência à migração para países centrais em busca de melhores condições de vida.

Castels assinala que a partir da década de 1980, os fluxos migratórios internacionais se alteraram, tornando-se mais volumosos, rápidos e complexos, pois a “globalização fornece ainda os meios tecnológicos para que os transportes sejam baratos e as comunicações facilitadas. Por isso, se tornaram as migrações tão difíceis de controlar e tantos migrantes, impulsionados pelas mais diversas motivações, se deslocam...As migrações organizam-se cada vez mais através de redes informais que transcendem as fronteiras. (Castels, 2005: 8).

Imigração Sulamericana – peruanos e equatorianos

Na América do Sul as fronteiras, ainda mal delimitadas e fiscalizadas, facilitam a entrada e saída dos habitantes da região e não representam fator de separação, mas, ao contrário, são percebidas simplesmente como barreiras e representadas como limites imaginários. O trânsito dos habitantes é livre naqueles espaços e, por isso mesmo, os moradores identificam-se com os dois países e adotam muitas vezes dupla nacionalidade e sentimento nacional múltiplo.

Nascem no lado brasileiro, mas suas famílias vivem ao lado no país vizinho. Frequentam as mesmas escolas, restaurantes e mercados dos dois países, atravessando apenas uma rua ou uma ponte.

Esse fenômeno não abala a vida cotidiana. São áreas contínuas e seus familiares vivem em ambas as regiões e falando as mesmas línguas, português e espanhol, alterando um pouco o sotaque conforme o lado em que se encontram.

Tais deslocamentos são registrados desde o século XIX. A presença de imigrantes peruanos, equatorianos e de outros países vizinhos no Brasil é comum, especialmente na região Norte. Os que não se estabeleciam na Amazônia procuravam melhores condições de vida e emprego nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro .

A partir de meados do século XX acentuou-se a imigração de bolivianos, peruanos e equatorianos para o Brasil devido a diversos fatores internos e externos, destacando-se entre eles a instabilidade econômica de seus países, os conflitos políticos, o aumento da miséria, as diferenças sociais e as perseguições políticas e ideológicas, além das facilidades encontradas pelos estudantes e profissionais liberais atraídos pelos acordos bilaterais. No final do século XX, o crescente desenvolvimento da economia brasileira tornou-se o fator de maior atração para a imigração Sulamericana. O Rio de Janeiro passou a receber grande número de peruanos e equatorianos à procura de melhores condições de vida.

No Rio de Janeiro, assim como em outros locais do país, esses estrangeiros não estavam preparados para enfrentar as agruras da imigração. Além das dificuldades culturais ao se defrontarem com a outra cultura, também tornaram-se vítimas de toda sorte de discriminações, preconceitos, sentimento de xenofobia e indiferença dos governos locais em recebê-los.

Ao chegarem ao Rio de Janeiro depararam-se com aquelas dificuldades em encontrar locais próximos do centro urbano para fixarem residência e foram viver, em sua maioria, na periferia da cidade, nos subúrbios e em bairros sem infraestrutura para acolhê-los. Grande parte deles foi viver nas favelas ou comunidades, convivendo solidariamente com a pobreza dos moradores locais.

Nas áreas urbanas, a competição por empregos afasta o imigrante e a população torna-se cada vez menos solidária, assombrada com a barbárie que tem predominado nas relações sociais e, conseqüentemente, aumentando os mecanismos de discriminação e de exclusão dos mais pobres [...] e as barreiras ao livre trânsito dos migrantes têm sido frequentes e exacerbam os mecanismos de seletividade estrutural [...](Brito.2009).

Ao refletir sobre essas barreiras à migração, Póvoa Neto e Pacelli (2005)¹ acreditam que as autoridades tentam criminalizar a própria condição de migrante, através de [...]medidas legais que autorizam a prisão, o processo e o encarceramento de clandestinos, de pessoas que tenham permanecido mais tempo do que o autorizado ou que tenham realizado atividade laborativa nas fronteiras nacionais dos países de imigração[...] (2005).

Deve-se ressaltar que essa discriminação e a xenofobia acirram os confrontos entre os dois povos. Apesar de ser um tema ainda recente nas discussões sobre preconceitos e exclusões trata-se, sob alguns aspectos, de um “momento inteiramente novo, em termos de culpabilização dos migrantes como suspeitos ou responsáveis pela insegurança social e política das sociedades desenvolvidas “ (idem, p. 297). Essa política discriminatória permite que o excesso de rigor e de perseguição leve à prisão muitos desses imigrantes, que sequer podem contratar advogados. Além do tratamento preconceituoso recebido no novo espaço social, são invariavelmente esquecidos e abandonados pelas autoridades de seus países . Os consulados, representantes dos seus países, não se solidarizam com seus problemas e dificuldades.

Assim, sem apoio das autoridades brasileiras que não desenvolveram políticas públicas para absorver a mão de obra do imigrante, a maioria recorre ao mercado informal. Tornam-se vendedores ambulantes, oferecendo artesanato nas praças e principais ruas da cidade. Considerados concorrentes, são hostilizados pelos *camelôs* brasileiros.

Como não têm registro para atuar no mercado informal vivem sobressaltados, perseguidos, deslocando-se constantemente para fugir da Guarda Municipal, além de perderem sua mercadoria, apreendida pelos fiscais.

Os comerciantes e o Clube dos Lojistas também perseguem os camelôs e especialmente os andinos . Os comerciantes acusam os peruanos e equatorianos de praticarem um comércio ilegal, vender mercadoria roubada e contrabandeada, não pagar impostos e causar perda de 30 a 40% no faturamento deles.(O Globo,2015,p.9), além de sujarem as ruas.

¹ - Helion Póvoa Neto , Ademir Pacelli Ferreira- “Cruzando fronteiras disciplinares” um panorama dos estudos migratórios” (Revan, Faperj, 2005).

Apesar das dificuldades , preconceitos, discriminações e exclusões , esses imigrantes não perdem as esperanças de conseguir melhores condições de vida e acreditam que ao aprenderem a língua local e se tornarem *cariocas* poderão ser reconhecidos como novos brasileiros. Um imigrante de equatoriano desabafou “além da violência de Quito, o Equador é muito ruim para nós que não temos estudo. Espero que aqui, eu possa ganhar dinheiro e até voltar a estudar” (entrevista , O Globo, 2015,p.9).

Bibliografia

- BAUMAN, Z. (1999) Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.**
- BECKER, O. M. S. (1997) Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias, contextos. In: CASTRO, I. E. de et all (Org.). Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 319 – 367.**
- BRITO, F. (2009) As Migrações internas no Brasil: Um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Textos para discussão. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, . n. 366.**
- CASTELLS, M. A (1999) Sociedade em Rede. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.**
- CASTLES, S. (2011) Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios. Dos Trabalhadores convidados às Migrações Globais. Lisboa: Fim de Século (2010).**
- CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS (2010) Trabalhadores migrantes: indispensáveis, mas sem direitos. Resenha Migrações na atualidade – Ano 20 – nº 79 – Junho (Disponível no site do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios).**
- HELION PÓVOA N. & PACELLI FERREIRA, A. (2005) “Cruzando fronteiras disciplinares” um panorama dos estudos migratórios” (Revan, Faperj).**